

Introdução a uma Sociologia da Produtividade

Walter Marcos Knaesel Birkner¹

Sandro Luiz Bazzanella²

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.44.42-68>

Recebido em: 12/4/2016

Aceito em: 14/8/2017

Resumo

Trata-se de promover uma apreciação das abordagens introdutórias da Sociologia, que conferem maior ênfase à distribuição imperfeita dos recursos do que aos fatores responsáveis pela sua produção. No contexto da Revolução Industrial identificamos as origens dessa abordagem na demonstração de que o capitalismo industrial foi capaz de multiplicar a produtividade e deteriorar as condições sociais. Daí vem o compromisso da Sociologia em denunciar a desigualdade, gerando historicamente o discurso do Welfare State. A materialização dos pressupostos distributivistas, contudo, depende da produção, gerando a ambiguidade de uma ordem política que precisa, a um tempo, extrair do agente produtivo e não desestimular a produtividade. Assim, produtividade, inovação e empreendedorismo, aliados à educação, ciência e tecnologia, tornam-se prioritários na agenda estatal, justificando o esforço sociológico na compreensão de fatores capazes de responder às necessidades produtivas da sociedade e do próprio Estado de bem-estar.

Palavras-chave: Sociologia da produtividade. Sociologia do desenvolvimento. Sociologia econômica. Estado de bem-estar. Capital social.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em História pela Universidade de Brasília. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Regional de Blumenau. Professor visitante do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. b-walter@hotmail.com

² Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Santa Catarina. Graduado em Filosofia pela Faculdade Dom Bosco. Professor da Universidade do Contestado. sandro@unc.br

INTRODUCTION TO A SOCIOLOGY OF PRODUCTIVITY

Abstract

This work is an appreciation of the introductory sociological approaches, which give more emphasis to imperfect distribution of resources than the factors responsible for the production of there. In the context of the Industrial Revolution we identify the origins of this approach in demonstrating that industrial capitalism was able to multiply the productivity and deteriorating social conditions. Hence comes the Sociology's commitment to denounce inequality, historically generating the speech of the Welfare State. However, the materialization of distributive assumptions depends on the production, generating the ambiguity of a political order that need at a time, extract the productive agent and does not discourage productivity. Thus, productivity, innovation and entrepreneurship, combined with education, science and technology become a priority in the State agenda, justifying the sociological effort to understanding factors that can meet the production needs of the Society and the Welfare State concomitantly.

Keywords: Sociology of productivity. Sociology of development. Sociology of economy. Welfare State. Social capital.

O pensamento sociológico é densamente povoado por preocupações com a distribuição dos recursos produzidos em sociedade. Comumente, essa é a principal marca moral das interpretações sociológicas sobre os problemas da sociedade capitalista desde a Revolução Industrial. Nos manuais de Sociologia de abordagem histórica, esse grandioso acontecimento é apresentado como o contexto do surgimento dessa ciência humana. E, ao descrever a sociedade industrial nascente como um cenário simultaneamente produtor de riquezas e desigualdades, os autores em geral sugerem que a emergente ciência esteja comprometida, desde a sua gênese, em decifrar as causas e os mecanismos reprodutores dessa “nova” condição humana.

Com o aparecimento da Sociologia, portanto, as especulações sobre as causas e os efeitos das condições de vida das pessoas foram alteradas. As situações dos indivíduos passaram a ser, cada vez mais, estudadas do ponto de vista social, tornando frequentes as indagações sobre o incômodo paradoxo da inédita capacidade de gerar riqueza *versus* o aumento da pobreza. Cresceu o reconhecimento sobre os males causados pela nova ordem econômica, política e social, tanto quanto a necessidade de repará-los. Concomitantemente à mudança social, a desigualdade tornou-se objeto sociológico de primeira importância.

Nessa perspectiva, fica subentendido que a compreensão sociológica sobre essas causas exigia uma posição ética do sociólogo. Tanto a abordagem positivista quanto a perspectiva marxista reconheceram o “mal-estar” da condição humana causada pelo capitalismo no século 19. Como se sabe, a primeira abordagem gerou, contudo, uma perspectiva reformista, apostando na capacidade de correção política dos efeitos concêntricos da riqueza produzidos pelo progresso econômico. E, diga-se, era otimista em relação ao progresso e à capacidade racional e material de resolver esses problemas. Tudo seria possível orientado pela noção de ordem e progresso.

Enquanto isso, a segunda abordagem sugere uma radical solução de continuidade como única maneira de evitar o que seria um processo evolutivo de concentração das riquezas e de distribuição das injustiças sociais. A crítica

marxista reconhecia a revolucionária capacidade produtiva do capitalismo industrial, sugerindo que não fosse negligenciada. Era cética, todavia, sobre as possibilidades políticas de distribuição das riquezas produzidas sob a égide desse modo de produção e de suas instituições burguesas.

Em geral, os pensadores sociais do século 19 carregavam tintas ao denunciar o caráter acumulativo e excludente, externando a consequente preocupação distributiva. Apesar disso, os manuais de Sociologia oferecem uma explicação geral e humanista sobre os fatores geradores da riqueza. Para além da versão simplificada sobre o caráter espoliativo da acumulação de riquezas, existem abordagens que permitem o entendimento de que o uso da razão permitiu o avanço técnico e científico gerador de sucessivos aumentos de produção. Assim, o reconhecimento da emergência do pensamento racional possibilita, também, compreender a importância do fator cognitivo para a geração de riquezas, entendendo-a como efeito histórico cujas origens estão no Renascimento.

Esse seria o ponto de partida para a compreensão de toda a trajetória histórica do Ocidente até o Iluminismo, a Revolução Industrial e, naturalmente, ao surgimento da Sociologia. Pode-se, inclusive, compreender que o mais geral dos resultados cognitivos desse ponto de partida foi o desenvolvimento e a disseminação do pensamento racional, associado ao espírito da livre busca pelo conhecimento. Nessa direção, o principal desdobramento terá sido o método científico, baseado na observação empírica, na experimentação e na indução. Aplicada ao mundo da economia, a ciência e seu método proporcionaram as invenções e inovações técnicas que potencializaram o mundo da produção, permitindo o desenvolvimento do capitalismo industrial. Há, portanto, a demonstração de um significado causal na relação entre esforço racional e produção de técnica e de riqueza.

Do ponto de vista socioeconômico, no entanto, os primeiros tempos da Revolução Industrial seriam de crise e surgimento das utopias políticas, resultado desse processo histórico, promotor do progresso material e da desigualdade social. Assim, era natural que pensadores sociais reconhecessem

a ambiguidade entre a capacidade produtiva e o problema distributivo. Progressivamente, o entusiasmo com a relação entre esforço racional e geração de riquezas conviverá com o pessimismo moral em relação ao capitalismo.

Ao positivismo, em geral, cabia compreender cientificamente as leis da sociedade e corrigir politicamente seus rumos, segundo essas leis. Era evidente que as coisas estavam fora de lugar, mas isso seria transitório, natural do processo evolutivo. Segundo Saint Simon, a própria política tornar-se-ia uma ciência positiva, capaz de resolver esses problemas. Para Auguste Comte, o positivismo tendia “a consolidar a ordem pública” e resolver os grandes problemas sociais (BOTTOMORE, 1988, p. 291).

Por sua vez, as abordagens orientadas pela crítica marxista são mais diretas ao sugerir que o motivo condutor da Sociologia seria explicar as causas do sofrimento humano e apontar a saída. Basta lembrar o próprio Marx, para quem não se tratava apenas de compreender e explicar a realidade, mas, na constatação de suas contradições insustentáveis, transformá-la. Nesse sentido, as transformações do modo de vida, marcadas pela passagem do campo às cidades, serão apresentadas como o efeito da lenta, porém definitiva extinção do “estável” mundo feudal, substituído pelos desequilíbrios do capitalismo urbano-industrial.³ Assim, o deslocamento demográfico de um mundo rural relativamente harmonioso para o caos urbano seria irreversível. Reforma ou revolução, em ambas as alternativas reconhecia-se o problema da distribuição e a necessidade de intervenção.

Esse objeto geral de investigação aparece nos esforços dos três clássicos. Para Durkheim, a principal característica da organização social era o consenso. E por essa via seriam corrigidas as desigualdades numa sociedade

³ Apesar da desigualdade da sociedade feudal, as relações sociais estariam assentadas em compromissos morais entre o grande proprietário e os vassallos. No capitalismo, essa relação de compromisso moral deixa de existir, tornando muito mais vulnerável a condição dos indivíduos despossuídos.

que, com todas as lacunas, caminhava rumo ao desenvolvimento.⁴ Para Marx, a conformação social era marcada pelo conflito, gerador das desigualdades. Será nessa perspectiva que a denúncia ao caráter desigual do capitalismo se desdobrará numa constante crítica às falhas distributivas do sistema. E na perspectiva de Weber, o tema da concentração-distribuição também é central e seria consequente da disputa pelo poder. Essa busca incessante tornaria a distribuição imperfeita e a sociedade desigual, gerando um problema político e, é claro, sociológico.

Seja como for, é importante estabelecer um marco interpretativo que nos permita apresentar a Sociologia como a área do conhecimento incumbida de estudar as causas e efeitos da distribuição imperfeita dos recursos econômicos, políticos e culturais. Por extensão, será também a Sociologia o ponto de partida para a formulação ao mesmo tempo crítica e propositiva sobre essa distribuição. E, em algum momento de sua constituição, ela se tornará predominantemente uma ciência da distribuição da riqueza, arrefecendo suas preocupações com os fatores históricos da produção.

Isso conferiu à Sociologia o protagonismo contemporâneo de um discurso racional pelo bem-estar da condição humana. E, durante o século 20, a materialização política mais notável desse esforço sociológico resulta na conformação que adquire o Estado no Ocidente. Mais especificamente, é na reprodução de políticas públicas, notadamente as sociais, que as correções de rumos reclamadas pelo discurso sociológico tornar-se-ão factíveis. É a constituição específica que a ordem política ocidental adquire toma forma por meio do Estado de bem-estar social.

É, portanto, mediante a construção do Estado de direitos sociais que os efeitos da distribuição imperfeita serão atacados, em atendimento a sociedades crescentemente afetadas por esses efeitos, convencidas pelo

⁴ Na perspectiva evolucionista e de coesão social, Durkheim sugere que o problema da desigualdade, como outros, se resolveria com o aperfeiçoamento das instituições e sua interdependência no interior da divisão do trabalho social. Nesse sentido, o Estado de bem-estar social e a rede de proteção a sua volta poderiam corroborar sua tese.

discurso sociológico sobre a legitimidade do combate às desigualdades. Nessa configuração histórica, o século 20 no Ocidente viu surgir a hegemonia do Welfare State, seja na versão autoritária, seja pela social-democracia, vertente predominante no século 21.

O Estado de Bem-Estar Social

Como mencionado anteriormente, o século 20 no Ocidente foi o cenário das reivindicações sociais e discursos políticos baseados na premissa sociológica de que o sistema produz muito e distribui mal. A origem da desigualdade estaria na gênese da economia livre e a consequência, naturalmente, seria a desigualdade social. A resposta político-institucional a esse quadro será o Estado de bem-estar social. Sua principal incumbência política e administrativa é o atendimento às demandas sociais e à ampliação dos mecanismos distributivos. Aí está sua grandiosa tarefa administrativa, mas também a origem de sua crise, remetendo ao problema da serpente que devora a própria cauda.

O Estado de bem-estar social foi, assim, o grande produto da ordem política do Ocidente no século 20. E, como já foi observado, seus pilares morais e teóricos estão sustentados nas máximas associadas à preocupação e constatação originais sobre a distribuição imperfeita da riqueza produzida. Nessa direção, o esforço analítico sobre o capitalismo e sua imperfeição distributiva produziu a máxima, lembrada por Giddens, de que “deixado a própria conta e risco, o capitalismo é economicamente insuficiente, socialmente divisório e incapaz de se auto-reproduzir a longo prazo” (2000, p. 13).

Com o crescimento das sociedades de massa e seu desdobramento político na democracia, os governos ocidentais se comprometeram, cada vez mais, em materializar as demandas pelo bem-estar. Nem sempre esses governos foram democráticos, mas, sobretudo no pós-guerra, as eleições trataram de expandi-los. E foi o poder do voto, aliado a uma noção de direitos,

devidamente orientada pela premissa sociológica da distribuição desigual, que fortaleceu a social-democracia. Isso tornou os governos cada vez mais comprometidos com as demandas sociais, delas tornando-se reféns.

Nesse sentido, grande parte do esforço sociológico desde o século 19 produziu uma sólida sociologia da distribuição, em detrimento de uma sociologia da produção. Noutras palavras, a Sociologia tornou-se o território fértil e seguro a todos os críticos das máculas do capitalismo. Ao longo do século 20 sua função ficou evidente na divisão do trabalho científico. Enquanto as causas da produção tornaram-se objeto da Economia e da Administração, a distribuição social dos recursos materiais e imateriais tornou-se objeto exclusivo da Sociologia. O problema é que essa especialização acabou por desestimular importantes interpretações sociológicas sobre a produtividade.

O que se denomina aqui de sociologia da distribuição e da produção cai, inevitavelmente, na presunção dos neologismos. É verdade que a rigor nenhuma das duas existe literalmente. No máximo, a convenção reconhece uma Sociologia econômica e uma Sociologia do desenvolvimento. É possível até que, amadurecida esta reflexão, possamos ajustá-la a uma dessas especialidades. Não obstante, é preferível assumir a presunção da palavra nova do que propor uma nova aceção aos termos existentes.

Vai, portanto, a insistência nos neologismos. Ao usar tais expressões assim contrapostas, o objetivo é insistir na ideia de que a “ciência da sociedade” esteve, em geral, mais preocupada com o caráter distributivo dos recursos produzidos do que na identificação de fatores sociais explicativos da geração de riqueza ou na identificação de constrangimentos sociais à produção.

Isso é compreensível. Afinal, a desigualdade é um fenômeno humano que a história do capitalismo industrial só fez evidenciar ainda mais. E ações políticas contra as formas de desigualdade ao longo do tempo modificaram estruturalmente a distribuição das riquezas, comprovando a eficácia política do empenho sociológico. Nesse sentido, a Sociologia tem cumprido uma

função científica e moral, descrevendo a realidade e sugerindo a intervenção. Ao denunciar os desequilíbrios distributivos, portanto, a produção sociológica consistiu em atenuá-los.

Produzindo conhecimento e discurso, a Sociologia subsidiou as políticas intervenientes na distribuição. De forma não menos intencional, a crítica sociológica à distribuição imperfeita proporcionou ganhos interpretativos à Economia e ao sistema econômico. Ajudou a construir consensos sobre os ganhos econômicos gerais de políticas distributivas. Além disso, denunciando a desigualdade, constituiu-se num campo de conhecimento em confronto com certas teorias econômicas. Com isso, ganhou envergadura e tornou-se o campo de conhecimento preferido dos críticos do liberalismo econômico. É um resultado notável.

Não obstante, a eficiência histórica e cognitiva-discursiva dessa intervenção deveria, agora, estimular a Sociologia a buscar novos desafios interpretativos, analíticos e até mesmo morais, se quisermos. Apesar do revigoramento recente no debate sobre a desigualdade,⁵ o combate à má distribuição tem forte correspondência com o aumento da produção. Do ponto de vista do Welfare State, por exemplo, todo aumento da produção significa aumento de arrecadação para a realização de políticas distributivas. Além disso, mesmo que o capitalismo tenha uma irresistível tendência ao aumento da desigualdade, sua expansão gera novas oportunidades e diminui a pobreza.⁶

Por esse entendimento, fica sugerido que, para além das preocupações com o caráter distributivo dos recursos sociais, seja possível ampliar o volume de trabalhos voltados a identificar os fatores que geram riqueza, produtividade e competitividade, componentes do desenvolvimento. Até

⁵ O lançamento recente do livro *O capital no século 21*, do economista francês Thomas Piketty, vem nessa direção de recolocar a prioridade do tema da desigualdade para a agenda global, sugerindo, ao contrário da teoria de Kuznets, por exemplo, que a longuíssimo prazo o capitalismo revelaria sua tendência concêntrica da riqueza.

⁶ Em 1981, quase 58% da população mundial vivia com menos de dois dólares por dia. Em 2012, essa população representa pouco menos de 36% (Revista Exame, 11/6/14, p. 37).

mesmo a desigualdade pode ser estudada como uma externalidade sociológica cuja variação pode ser, em relação ao desenvolvimento, um inibidor (se a desigualdade for extrema) ou um estímulo (se ela for de baixa intensidade).

Alguém dirá que a identificação de fatores geradores de riqueza compete à Economia, ao que se responde que a interdisciplinaridade sugere resultados que escapam às especializações. E, embora a recíproca seja verdadeira, a Economia, por exemplo, está impregnada de raciocínio sociológico, causa da identificação de importantes externalidades de caráter cultural e institucional que a ortodoxia econômica costuma ignorar.

Relações Entre Cultura, Política e Economia

Na esteira dessa sugestão, é útil lembrar que, perifericamente, vários autores das Ciências Sociais têm se preocupado com importantes relações entre cultura e economia. Em geral, suas contribuições apontam para causas extraeconômicas, isto é, não diretamente objetivadas à produção, tampouco dela derivadas, mas que afetam os sistemas econômicos e também políticos.⁷

Não há novidade metodológica nisso. É pelo menos desde as preocupações de Max Weber em *A ética protestante* que esse tipo de explicação sociológica é reconhecido. Devemos reconhecer inclusive nas obras de Alexis de Tocqueville, *Democracia na América*, e Montesquieu, *O espírito das leis*, alguns dos principais precursores das relações entre cultura, política e economia, no entanto o método não desperta maior interesse entre os autores dos manuais de Sociologia no Brasil.

O fato é que esse esforço sociológico marginalizado tem trazido contribuições renovadas à Sociologia do desenvolvimento e também ao campo do pensamento econômico. É possível identificá-lo há décadas por pensadores

⁷ Nessa direção, o livro organizado por Harrison e Huntington (2002) reúne dezenas de artigos demonstrando as relações entre cultura, economia e política.

da Economia, desde Schumpeter e Albert Hirschman, para citar alguns dos mais conhecidos. Nas últimas duas décadas, autores como Putnam (1996), Fukuyama (1996) e Peyrefitte (1999), entre muitos outros na Europa e na América do Norte, valem a pena ser lidos nessa direção. Os dois últimos escreveram tratados importantes sobre a utilidade da confiança interpessoal para o desenvolvimento econômico, enquanto o primeiro ajudou a disseminar a ideia-força do capital social.

Numa perspectiva metodologicamente semelhante vão os trabalhos de Wiebe Bijker (1997). Ao estudar as invenções na Europa da Revolução Industrial, o autor holandês constata que a maior parte delas ocorre em contextos sociais cujas estruturas morais e jurídicas conferem mais incentivos do que constrangimentos à liberdade do pensamento. Seu trabalho vai numa direção semelhante à dos autores que vinculam o desenvolvimento das instituições políticas e econômicas aos fatores culturais, destacando elementos simples para explicar o desenvolvimento econômico, como diálogo, confiança, liberdade e cooperação.

Muitos desses trabalhos, de sociólogos e cientistas políticos, entre outros, aproximam-se das discussões em torno do capital social. Como se sabe, a discussão foi trazida à tona na década de 90 por vários autores. Entre eles, mencionem-se o cientista político norte americano Robert D. Putnam (1996) e seu conterrâneo, o sociólogo James Coleman, que perceberam a importância de fatores como cooperação, confiança, civismo, diálogo, entre outros, para o bom funcionamento da política e da economia.

Nessa direção, seria plausível que esse esforço interdisciplinar fosse reconhecido e incorporado pelas abordagens introdutórias da Sociologia. Com raras exceções, esses termos inexistem nos sumários dos manuais.⁸ No recomendado esforço de demonstrar a aproximação interdisciplinar entre cultura, política e economia, os livros de iniciação sociológica ofereceriam

⁸ A exceção é Machado, Amorim e Barros (2013, p. 254-256), manual que dedica três páginas a um tópico sobre o capital social.

ao menos três contribuições: primeiramente, ampliariam o entendimento e o interesse sobre a economia. Em segundo lugar, aumentariam o interesse dos leitores pela Sociologia. E, finalmente, promoveriam a percepção dos leitores sobre a interdisciplinaridade desses dois campos do conhecimento.

Na esteira disso é possível sugerir uma revitalização dos estudos inerentes à denominada Sociologia do desenvolvimento. Isso é possível ampliando a preocupação da Sociologia com o tema do desenvolvimento econômico, além de um conjunto de fatores relacionados à produtividade e à competitividade. Noutras palavras, é necessário compreender sociologicamente certas “externalidades” que afetam a economia e também a política. Entre elas, estão os sistemas de valores, os sistemas educacionais, além de outros fatores sociologicamente interpretáveis e inerentes ao trinômio “ciência, tecnologia e inovação”.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento seja uma aspiração universal, é justificável sugerir a potenciação de espaços de diálogo, leitura, pesquisa e difusão democrática de conhecimentos e formulações hipotéticas sobre as relações entre cultura, economia e política. Tal proposição não sugere a contraposição às abordagens sociológicas tradicionais e seus objetos. Também não negligencia as preocupações ambientais e sociais, reconhecendo ainda as diversas críticas à ideia-força do desenvolvimento, mas tampouco vê problemas em sugerir maior atenção às potencialidades e aos obstáculos ao desenvolvimento econômico e político a partir da perspectiva sociológica culturalista ou institucionalista.

Admita-se, novamente: não há novidade nisso. Algumas dessas relações já foram aqui mencionadas, observáveis tanto entre filósofos políticos modernos e na Sociologia clássica como entre contemporâneos. Também entre economistas clássicos e neoclássicos, por exemplo, as relações entre o ambiente cultural e a produção foram observadas. Entre eles estão autores como Adam Smith, Alfred Marshall e Schumpeter. Essas relações continuam sendo observadas entre pesquisadores do desenvolvimento econômico. São exemplo as pesquisas que reconhecem as vantagens dos ambientes de troca

e cooperação existentes no interior dos conglomerados industriais. Essas constatações somam-se a outras, reforçando a tese sobre as imbricações entre cultura e desenvolvimento, corroborando afirmações como a do economista francês Guy Hermet, para quem a cultura seria a “última fronteira do desenvolvimento” (HERMET, 2002).

Por conseguinte, fica sugerida a intensificação investigativa da Sociologia, como também da Antropologia, da Politologia e mesmo da Filosofia, na busca de fatores culturais, educacionais e legais que expliquem a capacidade produtiva das sociedades. E, na extensão disso, acreditamos que as explicações permitam a potenciação desses fatores na promoção do desenvolvimento. Afinal, o conhecimento inspira e reorienta ações.

O Significado do Termo Desenvolvimento

Reconheça-se a dificuldade na definição conceitual acerca do desenvolvimento. Por mais comum que seja, não se trata propriamente de um conceito, mas de uma ideia-força, e uma ideia difusa. Inerente a ela existem concepções nem sempre convergentes sobre o que é mais adequado aos indivíduos em sociedade. No campo da Antropologia, por exemplo, o relativismo cultural resiste ao termo, acusando-o do velho eurocentrismo. Também persistem os críticos às concepções excessivamente econômicas e produtivistas, além das advertências em defesa da sustentabilidade ambiental e do bem-estar psíquico, entre outros.

De toda maneira, a ampla aceitação política dos índices de desenvolvimento utilizados para a justificação de políticas públicas de governos democráticos permite o uso generalizado da ideia-força. E, se é possível reconhecer os critérios que medem graus de desenvolvimento das sociedades por meio da mensuração de condições econômicas, institucionais-legais, educacionais e de saúde, então algum consenso existe. E quando isso melhora a vida das pessoas, admita-se que este seja um sinônimo de desenvolvimento.

É ilustrativa, nessa direção, a entrevista do geógrafo José W. Vesentini, respondendo afirmativamente sobre a importância da relação entre cultura, economia e educação. Defendendo a imbricação entre desenvolvimento, modernização da economia e qualidade do sistema escolar, o autor reforça seu argumento apoiado em dois prêmios Nobel de Economia. Enquanto Amartya Sen entende o desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades”, Douglas North insiste que “inovação, economias de escala, educação de qualidade, acumulação de capital, etc., não são causas do desenvolvimento. Eles são o desenvolvimento” (VESENTINI, 2009).

Assim, se um país, região ou um município apresentam um quadro estatisticamente aceitável de riquezas produzidas e direitos individuais, políticos e sociais, incluindo renda, instrução e liberdade, isso nos permite julgá-las mais ou menos desenvolvidas. Noutros termos, o desenvolvimento está relacionado à capacidade que uma sociedade tem de acumular capital e produzir o bem-estar social. Assim, abandone-se aqui o relativismo, advertência idêntica à de Sztompka (1998, p. 64), antes que ele nos impeça de ir adiante.

Não obstante, parte-se do pressuposto de que, como fenômeno, o desenvolvimento é, em grande medida, o resultado de um produto endógeno e carregado de fatores culturais intersubjetivos. Em outras palavras, quando, ao longo do tempo, indivíduos de uma sociedade produzem significados para suas ações e os compartilham, trata-se então desse processo intersubjetivo. Assim, quando muitos indivíduos dão o mesmo significado às suas ações, agirão da mesma maneira. E, diante dos mesmos fenômenos da realidade, produzem resultados semelhantes, gerando um ethos, isto é, um espírito coletivo. Aparentemente, nada mais weberiano.

Substantivamente, o desenvolvimento também é o resultado desses processos intersubjetivos e de certos consensos, se assim podemos chamá-los. É por conta dessa intersubjetividade e de razoável consenso que podemos falar em desenvolvimento, uma ideia ocidental, dotada de um significado cultural e histórico próprio. Seus antecedentes modernos encontram-se no

Iluminismo e aparecem depois no darwinismo social do século 19. Ali, porém, o significado atual do desenvolvimento ainda não tinha aparecido. Aquele darwinismo social é frio e determinista, e foi desmascarado pela Sociologia.⁹

É igualmente no século 19 que o Ocidente verá surgir o positivismo evolucionista, com toda a pretensão universalista que a força desse ideário carrega.¹⁰ Também do século 19 é a perspectiva do evolucionismo cultural, carregada de semelhante presunção, porém há mais que presunção. Há otimismo, subentendendo a ideia de progresso, um progresso alcançável por todos. É a ideia de evolução que está em jogo; mas não uma evolução pela força bélica, e sim pela cultura. Nessa perspectiva, já não há o problema da eugenia e do racismo, uma vez que a origem humana seria monogênica.¹¹

É obvio que essa presunção do progresso foi duramente criticada e afetada pelo pessimismo resultante das duas grandes guerras mundiais no século 20. Podemos afirmar que o evolucionismo foi julgado e condenado, acusado pelos crimes do racismo e confundido com ele. Com a condenação, foi banido da ciência, vagando a esmo pelo mundo das ideias, destituído de sua presunção, crédito e da posse de seus sentidos. E assim permaneceu, recluso, na maior parte da primeira metade do século 20 (SZTOMPKA, 1998, p. 203).

Deixou, contudo, descendência. Paradoxalmente, é no pós-guerra que o desenvolvimento surge como ideia-força capaz de revigorar os ânimos de povos e nações. Aqui encontramos o seu significado contemporâneo e metafórico. Do evolucionismo, o desenvolvimento é o filho bastardo, resgatado

⁹ Trata-se da primeira versão do darwinismo social, que condenava os povos não europeus ao desaparecimento, pela suposta incapacidade de adaptação à evolução humana, comandada pelos povos europeus. Embora bastante criticada, essa perspectiva sobreviveu até a experiência nazista. Uma importante contestação ao darwinismo social pode ser encontrada na obra *Ajuda mútua*, do anarquista russo Piotr Kropotkin.

¹⁰ Os três principais autores dessa corrente são William Hamilton (1788-1856), Henry Longeville Mansel (1820-1871) e Herbert Spencer.

¹¹ Três autores clássicos dessa tradição evolucionista da Antropologia podem ser citados: Lewis Henry Morgan (1818-1881), Edward Burnett Tylor (1832-1917) e James George Frazer (1854-1941). Para os autores, as determinações geográficas e biológicas deveriam ser abandonadas em favor do pressuposto de que todos os seres humanos teriam origem comum. As variáveis seriam de ordem cultural e mutáveis.

e reeducado nos princípios da paz e do livre-mercado, seus pais adotivos. Com toda a sua carga hereditária, no entanto, torna-se, controladamente, o espírito da sociedade ocidental do pós-guerra.

Assim entendido, demovido dos piores recalques do darwinismo social, o desenvolvimento herdou a presunção universalista e o otimismo das luzes, refletidas nas vertentes pós-deterministas de aposta na razão. No pós-guerra, carregado de novas esperanças, o desenvolvimento é apresentado como uma possibilidade política à humanidade, tornando-se uma metáfora contemporânea. Desse modo, tornou-se o etos da sociedade ocidental, espírito de um tempo, carregado de significados que, assimilados, ajudam a orientar escolhas e ações de governos e multidões de indivíduos.

O Conceito de Ação Social

Isso permite identificar a “ação social” e, é claro, a referência é ao conceito de Max Weber (1991, p. 3-35). A ação social é a fonte da reprodução cultural do espírito coletivo, seja de uma civilização, de um país, cidade ou região. Esse pode ser o nosso pressuposto metodológico, ponto de partida investigativo para uma longa busca na compreensão do etos do desenvolvimento. Nessa perspectiva, trata-se de uma busca contemporânea, na tentativa de compreender as relações entre cultura, política e economia. A hipótese geral é de que sejam permeadas por aproximações com a educação, a inovação, as leis, a ciência, a tecnologia e a estética, entre outras, cujos significados e disposições que os indivíduos lhes conferem possam ser, igualmente, interpretados.

Essas ações sociais podem muito influir no desenvolvimento econômico, como Max Weber originalmente percebeu, cruzando religião e economia. Não obstante, Alexis de Tocqueville já o havia feito cem anos antes, cruzando religião e política. Os dois autores demonstraram que quan-

do muitos indivíduos atribuem racionalmente o mesmo significado às suas ações, isso pode conferir resultados muito expressivos ao desenvolvimento político e econômico de uma sociedade.

Nesse sentido a religião foi, e continua sendo, uma via de transmissão fantástica de valores intersubjetivados, permitindo que em determinados momentos muitos indivíduos ajam da mesma maneira, com resultados sociais importantes, inclusive ao desenvolvimento. A hegemonia da religião, entretanto, cedeu às forças de outros canais. No século 20 a educação formal passou a ser a via de transmissão de certos significados nas sociedades que optaram pelo desenvolvimento. E, no século 21, esse fato social contemporâneo e democrático alia-se a todas as tecnologias de transmissão da sociedade da informação.

Nessa direção, é esclarecedor o trabalho historiográfico desenvolvido por Sylvia Nasar (2012) em seu livro *A imaginação econômica*. Ali a autora demonstra como a Inglaterra foi capaz de superar, por meio do aumento instrucional da classe trabalhadora, a instabilidade do capitalismo novecentista. O país tornou-se a primeira potência industrial no fim daquele mesmo século, apesar das previsões sombrias de economistas políticos como Malthus e Marx. O sociólogo contemporâneo Richard Sennet chegou à mesma constatação de Nasar. Em seu livro *A cultura do novo capitalismo*, o autor afirma que dois fatores fundamentais salvaram o capitalismo no século 19: a organização burocrática e a educação (SENNET, 2008, p. 23-40).

Nessa perspectiva, Nasar e Sennet atribuem a mesma explicação ao sucesso da Inglaterra. Foi o aumento da educação, e o reconhecimento do Estado inglês acerca do seu papel no investimento em instrução e na ciência, que fizeram com que a Inglaterra se tornasse um país rico. Nesse processo, Nasar ainda destaca o engajamento de vários intelectuais, entre eles Alfred Marshall e Beatriz Webb,¹² além das senhoras e senhoritas de classe média por eles convencidas, no trabalho voluntário de instrução de trabalhadores e seus filhos (NASAR, 2012).

¹² Beatriz Webb, nascida Porter, teve uma educação liberal, proporcionada por seu pai e fortemente influenciada na sua formação intelectual pelo padrinho, o filósofo evolucionista Herbert Spencer.

Pesquisadores empíricos como Marshall, Webb e Irving Fisher eram diferentes de alguns pensadores liberais e socialistas. Influenciados pelo darwinismo social, estes últimos apoiavam-se na ideia da luta sangrenta pela vida, já criticada pelo anarquista Kropotkin. Ao contrário, e em respeito ao método indutivo, Marshall, Webb e Fisher observavam a realidade, percebendo empiricamente o que Durkheim também havia notado: a crescente cooperação e interdependência entre os indivíduos, fator explicativo da capacidade do capitalismo em superar suas próprias “contradições”.

Além disso, esses autores perceberam, reiterar-se, o fator instrucional como a chave-mestra da produtividade, do aumento dos recursos e de sua distribuição social.¹³ É nessa direção que propomos possam ser orientados muitos dos estudos e das pesquisas na Sociologia, como na Antropologia e na Ciência Política. E o principal motivo dessa proposição reside na expectativa de que o raciocínio e a percepção sociológicos possam ampliar o conhecimento e a sensibilidade sobre os obstáculos e as possibilidades na promoção do desenvolvimento.

Na medida em que isso seja possível, as Ciências Sociais ajudarão a democratizar um tipo de conhecimento latente, cuja difusão pode ter bastante utilidade. A Sociologia já causou esse tipo de efeito cognitivo uma vez, universalizando a denúncia à distribuição imperfeita da riqueza socialmente produzida, com o produto analítico dessa empreitada sendo o discurso de combate às desigualdades sociais. E qual foi o grande produto político desse conhecimento crítico? A justificação do Estado de bem-estar social.

¹³ Segundo Nasar, as pesquisas empíricas desses autores nas fábricas e nos subúrbios permitiram relacionar aumentos de produtividade associados a níveis de instrução e aumentos salariais.

Não há Welfare State Sem Desenvolvimento

Isso nos permite reconhecer o combustível moral que gerou a energia do Welfare State. Ideias sociológicas movimentaram o mundo político. Em outras palavras, perceba-se que o conhecimento sociológico, ainda que impulsionado moralmente, qualificou racionalmente a sensibilidade social, e a ampliou. Uma vez democratizado, o conhecimento sociológico sobre as causas e consequências da desigualdade gerou conhecimento e discurso à materialização do bem-estar social.

Realizada a obra, a identificação de fatores culturais relacionados à potenciação do desenvolvimento poderia, agora, revigorar o próprio Estado de bem-estar social. Esse é o efeito que podemos esperar de um esforço sociológico intensificado na produção de conhecimento sobre o desenvolvimento. E por que isso é tão importante? Porque bem-estar social e desenvolvimento tornaram-se termos e fenômenos historicamente associados e sistemicamente interdependentes.

Como já afirmado, o bem-estar social é a materialização política do Estado social democrático, cuja justificativa moral foi racionalizada por esse esforço argumentativo e incorporada à “imaginação sociológica” do Ocidente. Apesar disso, a materialização do bem-estar depende permanentemente da produção dos recursos a serem distribuídos. Isso gera o dilema de uma ordem política que precisa, ao mesmo tempo, extrair do agente produtivo e não desestimular a sua produtividade ante um conjunto de demandas de bem-estar aparentemente incessante.

Nesse cenário, produtividade e empreendedorismo, aliados aos investimentos em educação, ciência e tecnologia, tornam-se os itens prioritários da agenda estratégica estatal. Por essa razão, e sem prejuízo às preocupações com a distribuição, sugere-se a intensificação da investigação sociológica para a compreensão de fatores capazes de gerar e aumentar a riqueza. Noutros

termos, fica proposto que a Sociologia intensifique a investigação sobre as causas de ordem social, cultural e institucional, capazes de responder às necessidades econômicas da sociedade e do próprio Estado de bem-estar.

Do ponto de vista da democracia, concordemos: o Welfare State é a conformação ideal do Estado moderno. E, moralmente, o Welfare State foi constituído com base na premissa distributivista de que a riqueza material e imaterial precisava ser democratizada. Assim, no século 20, vivemos uma era de impulsos distributivos. Agora, a razão por uma sociologia da produtividade tornou-se uma razão de Estado. E o motivo é o dilema do Welfare State, segundo o qual a permanência e o aumento no atendimento dos direitos sociais requerem uma contrapartida: o aumento da capacidade produtiva.

De modo geral, as expectativas de longa vida do Welfare State continuarão vinculadas à promoção da justiça social e à sua eficiência distributiva. É sua razão de ser. O atendimento às demandas distributivas, todavia, reivindica as condições para a produção dos recursos, tanto quanto requer a precedência do diagnóstico acerca da potenciação e dos obstáculos a essa produção.

Por que, no entanto, a Sociologia brasileira pouco se preocupa com isso? Porque assim como antigos desenvolvimentistas trabalharam com a perspectiva dos recursos naturais inesgotáveis, os defensores contemporâneos das políticas distributivas negligenciam os limites do Estado de bem-estar. Parte substantiva da produção sociológica dá de ombros para o fato de que a materialização dos pressupostos distributivistas depende incessantemente da capacidade de produção dos recursos econômicos. Isso gera a ambiguidade de uma ordem política que precisa, ao mesmo tempo, extrair do agente produtivo e ser capaz de estimulá-lo a produzir, ante um conjunto de demandas sociais que não cessa.

A desigualdade econômica, política e cultural continua, é verdade, sendo um desafio. Há, inclusive, estudos recentes reafirmando o caráter endêmico dessa faceta no capitalismo, a exemplo do livro de Thomas Piketty,

intitulado *O capital no século XXI*. Como é possível, no entanto, ignorar que, a despeito dos ciclos de concentração da riqueza, a pobreza tenha diminuído consideravelmente no mundo, entre a última década do século 20 e a primeira do século 21?¹⁴

Nesse sentido, tem sido uma falácia confundir aumento da desigualdade com pobreza. Simplesmente ignora-se a lógica. Ignoram-se os níveis de educação, de respeito às instituições democráticas, de incentivos à produção, etc. Ao largo disso, todo o esforço de áreas do conhecimento como a Ciência Política e a Economia é desprezado, sem falar nos fatores culturais que nos ajudariam a entender diferenças de desempenho político e econômico entre sociedades. Nessa direção, abordagens como a do antropólogo Roberto da Matta (apud SOUZA, 2001) sobre os dilemas brasileiros parecem proibitivas na introdução à Sociologia brasileira. Por fim, ignora-se o esforço das políticas do Estado de bem-estar e seus impactos no combate à pobreza e à desigualdade, no que o Brasil se tornou exemplo.¹⁵

As experiências contemporâneas do Estado de bem-estar permitem afirmar que, do ponto de vista moral e político, o problema da distribuição dos recursos é um problema admitido e um desafio assumido. Nesse sentido, os direitos políticos das democracias de massa são, em geral, a garantia da progressiva consecução dos direitos sociais. Nessas sociedades de eleitores exigentes e conscientes dos seus direitos, o esforço no atendimento às demandas do bem-estar é a constante de um Estado que há muito deixou de representar, exclusivamente, os “interesses da classe dominante”.

Nas democracias de massa, portanto, o Estado de bem-estar social é a própria expressão da vontade geral, produto político dos consensos possíveis de desejos compartilhados e politicamente filtrados pela razão humana numa

¹⁴ Sobre êxitos e fracassos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, revelando a diminuição da pobreza no Mundo, ver: <<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/pobreza-diminui-desigualdade-aumenta/>>. Sobre a redução da pobreza na América Latina, ver <http://www.onu.org.br/pobreza-e-indigencia-estao-em-seus-niveis-mais-baixos-em-20-anos-na-america-latina/>>.

¹⁵ Sobre a diminuição de 20% no índice Gini no Brasil, de 1996 a 2013, ver *Revista Exame*, de 30/6/2014.

sociedade da informação e do conhecimento. Salvo quando os fundamentos da democracia vierem a ser questionados, a legitimidade do poder continuará residindo no Welfare State. Há extensa margem para criticá-lo, inclusive negá-lo, afinal, a crítica é o sal da vida. Não há, porém, como ignorá-lo e não reconhecer a fonte de sua legitimidade, qual seja, a vontade geral.

Concluindo

A despeito de tudo, a legitimidade do Welfare State depende tanto da vontade política como da viabilidade econômica. Historicamente, a Sociologia teve um papel fundamental na construção dessa vontade política, como procuramos ressaltar. E, admitindo que o Estado de bem-estar dependa da produção dos recursos, é natural esperar que a produção sociológica se debruce sobre os fatores de causa e consequência da produção econômica.

Isso, todavia, implica aceitação do pressuposto sistêmico de que alguns consensos sejam não apenas possíveis como desejáveis. E o consenso em torno da produtividade é um deles. Teríamos de admitir que os interesses pela produtividade e competitividade nacionais possam ser comuns à vontade geral e não apenas às elites econômicas e políticas. Então, esse seria o ponto de partida para admitir a utilidade de um esforço sociológico voltado a compreender as causas da produção. Por decorrência, esse esforço se refletiria também nas diretrizes dos sistemas educacionais.

Nesse contexto, precisaríamos aceitar democraticamente a produção de uma Sociologia liberal-conservadora, baseada numa perspectiva otimista de aposta nas liberdades individuais e no otimismo das mudanças sociais sem rupturas sistêmicas. Provavelmente, ela seria considerada uma abordagem reacionária na visão dos habituados à ferocidade da crítica sociológica ao mundo da produção e sua “promiscuidade” com o mundo da política. Poderia ser entendida como o retorno à narrativa do desenvolvimento ante uma crônica “sociologia da crise” (SZTOMPKA, 1998, p. 73), mas seus resultados analíticos e interpretativos trariam vida nova ao debate.

Isso implicaria reconsideração das contribuições de Durkheim. Teríamos de admitir que seu raciocínio sociológico possa ser extremamente fértil ao mundo da economia em geral e da produção em particular. E então, nos manuais de Sociologia, teríamos de reconsiderar também o tamanho das contribuições de Weber, igualmente subutilizadas.

Considere-se, por um instante, a importância de uma abordagem, teoricamente ainda imatura, como a do capital social. Com apoio na literatura existente e nos trabalhos empíricos acerca do tema, é plausível especular teoricamente sobre o leque de suas implicações no desenvolvimento político e econômico. Isso ampliaria a importância que os manuais de Sociologia conferem a Max Weber e a Emile Durkheim mediante os conceitos de cultura e cooperação, mas também de capital humano, produtividade, competitividade e meritocracia. O problema é que esses termos são proibitivos porque frequentemente associados aos interesses do capital e à ideologia “neoliberal” (FAGNANI, 2014, p. 2, 4).

No caso de uma perspectiva durkheimiana, isso talvez nos fizesse compreender a utilidade de uma abordagem sistêmica para esclarecer a importância da cooperação e da confiança como elementos sistêmicos que explicam o melhor funcionamento da econômica, da política, das organizações públicas e privadas e de toda a sociedade. O problema é que a revalorização de suas contribuições a partir dessa perspectiva poderia trazer constrangimentos, uma vez que o seu pensamento, como o de outros “sociólogos malditos”, está perigosamente ligado ao evolucionismo. Essa é a mesma razão pela qual a ideia do desenvolvimento é insuficientemente apresentada nos manuais. Nas escolas, como nas universidades, a consequência é uma compreensão bastante limitada sobre o desenvolvimento.

No caso de uma perspectiva weberiana, uma revalorização de suas contribuições traria incômodos, uma vez que o pensamento de Weber está vinculado ao idealismo. Em outras palavras, está ligado à tentativa de compreender como os valores e significados intersubjetivos interferem e podem conformar a ordem social. Nessa linha, inverter-se-ia o entendimento a partir

da perspectiva materialista, vertente predominante nos manuais de Sociologia no Brasil. Ideias como o mérito, a confiança, a inovação e o binômio cooperação-competição poderiam ser estudados na sua conformação social, revelando significados e impactos sociais que ajudariam a identificá-las ao “tipo ideal” do desenvolvimento. Não há sinais disso.

O aprofundamento de uma sociologia da cultura brasileira, explorando honestamente nossos “dilemas” e, por que não, fraquezas, poderia revelar facetas constrangedoras da índole nacional, derrubando o mito de vítimas do sistema socioeconômico e internacional, mas nos ajudaria a entender que razões culturais e históricas explicam parcialmente nossas dificuldades endógenas e mais subjetivas na promoção do desenvolvimento. Isso não nos condenaria ao atraso, pois não há determinismo nem crítica que resista à vontade humana. Apenas nos exigiria a assunção de novas responsabilidades, abrindo o caminho para a saída da “menoridade”.

Isso requer, todavia, mais que uma compreensão. Seria necessário dar passagem ao evolucionismo cultural recuperado por Talcott Parsons, autor que aproximou o evolucionismo durkheimniano do idealismo weberiano. Ele o fez aproximando, de um lado, a ideia da transição da simplicidade até a complexidade cultural, ao estudo dos valores e seus significados, de outro (PARSONS, 1965). A tese geral é que as sociedades evoluiriam culturalmente por meio do aperfeiçoamento da linguagem e das leis, ideia estranha aos nossos manuais.

Por extensão, é preciso reconhecer que a Sociologia introdutória brasileira em geral ignora toda a renovação mais recente do evolucionismo, o chamado neoevolucionismo. Nesse sentido, as teorias da modernização e da convergência oferecem contribuições úteis para refletir sobre a mudança social das nações, representando “as últimas encarnações da orientação evolucionista” (SZTOMPKA, 1998, p. 229). Sem incorrer no determinismo unilinear, no naturalismo e no “etapismo”, e aceitando a diversidade histórica e cultural das sociedades, essas teorias apresentam o válido esforço de identificar algumas regularidades entre as sociedades, em suas trajetórias de desenvolvimento. Entre os pontos em comum estão a modernização

tecnológica, a afirmação de instituições democráticas e das políticas de bem-estar social. Se considerarmos que o Brasil tenha se tornado uma sociedade de produção de massa, até mesmo o determinismo de Rostow mereceria reconsideração.

Finalmente, o que leva ao ímpeto dessa proposição não difere da disposição moral geral dos pensadores sociais novecentistas, qual seja, a de uma preocupação com o bem-estar e a potencialidade dos seres humanos. Na mesma intensidade, é o manifesto da crença moral na necessidade emancipatória dos indivíduos e na assunção de responsabilidades. Não é problema aqui admitir que se trata de um sentimento reacionário de aproximação ao otimismo das luzes, de crença na razão e reconhecimento da validade de alguns consensos, o desenvolvimento entre eles.

Trata-se de uma proposição de fé na capacidade humana de resolver problemas indefinidamente e de atingir a “maioridade” sugerida pelo filósofo. Trata-se também de acreditar que, tendo atravessado os séculos e fazendo parte da imaginação ocidental, o significado da ideia-força do desenvolvimento seja reconhecida pela imaginação sociológica. E, por extensão disso, é razoável afirmar que o Estado de bem-estar social seja a própria, embora não definitiva, materialização do significado do desenvolvimento. Significa, portanto, uma afirmação de fé na capacidade civilizatória do Ocidente.

E, por último, trata-se de acreditar na legitimidade de tentar, sem certezas e verdades absolutas, encontrar saídas iluministas capazes de orientar racionalmente os desejos irrefletidos de emancipação política e econômica dos indivíduos. É necessário fazê-lo por meio da educação e parece legítimo esperar que a Sociologia faça a sua parte. Não há a presunção de verdades, mas a provocação ao debate, sem receios, nem preconceitos. Isso nos autoriza a resgatar, conclusivamente, a lembrança de Florestan Fernandes que, na abertura do 2º Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1962, sugeriu que a grande tarefa dessa ciência seria a de tirar o país do obscurantismo. Sua sugestão continua atual e não há melhor maneira de segui-la do que pelo aprofundamento do debate, da contraposição dos opostos, sem medo de surpresas.

Referências

- ARAÚJO, S. M. de; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. *Sociologia*: volume único, ensino médio. São Paulo: Scipione, 2013.
- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: UnB, 1990.
- BAZZANELLA, S. L.; BIRKNER, W. M. K. *Antropologia social e cultural*. Indaiá: Uniasselvi, 2013.
- BIJKER, W. E. *Of Bicycles, Bakelites and Bulbs: Toward a Theory of Sociotechnical Change*. Massachusetts: MIT, 1997.
- BIRKNER, W. M. K. *Capital social em Santa Catarina: o caso dos fóruns de desenvolvimento regional*. Blumenau: Furb, 2006.
- BIRKNER, W. M. K. A imaginação econômica. *Revista Húmus*, v. 8, p. 92-102, 2013.
- _____. O capital no século XXI: (resenha). *Revista Desenvolvimento em Questão*, Ijuí; Ed Unijuí, vol. 13, n. 32, p. 334-343, 2015.
- BIRKNER, W. M. K.; BAZZANELLA, S. L. Antropologia do desenvolvimento: relações entre cultura, política e economia. *DRd*, v. 3, p. 27-51, 2013.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CHARON, J. M. *Sociologia*. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão técnica de Paulo Sérgio Nakazone. São Paulo: Saraiva, 2004.
- COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 2005.
- DEMO, P. *Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social*. São Paulo: Atlas, 2002.
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FAGNANI, E. Fragmentação da luta política e agenda do desenvolvimento. In: *Plataforma política social*. Textos para Discussão, n. 1, 2014. Disponível em: <www.plataformapoliticasocial.com.br>.
- FERREIRA, D. *Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação*. São Paulo: Atlas, 2001.
- FUKUYAMA, F. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- GIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HARRISON L.; HUNTINGTON, S. *A cultura importa*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002.
- HERMET, G. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- JACINSKI, E. *Sentidos das interações entre tecnologia e sociedade na formação de engenheiros: limites e possibilidades para repensar a educação tecnológica*. 2012. Tese (Doutorado) – UFSC, Florianópolis, 2012.
- KROPOTKIN, P. *Ajuda mútua: um fator de evolução*. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

- MACHADO, I. J. de R.; AMORIM, H.; BARROS, C. R. *Sociologia hoje*. São Paulo: Ática, 2013. Vol. Único.
- MATTEDI, M. A.; THEIS, I. M. Inovação e desenvolvimento: uma análise comparativa de dois programas de novas tecnologias em Santa Catarina. In: *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XX, n. 2, 2006.
- MONTESQUIEU, C. L. de S. *Coleção Os pensadores*, v. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- NASAR, S. *A imaginação econômica*: gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- NERY, M. C. *Sociologia*. Curitiba: Iesde Brasil, 2010.
- OLIVEIRA, L. F.; COSTA, R. C. R. *Sociologia para jovens do século XXI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.
- OLIVEIRA, P. S. de. *Introdução à sociologia*. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2010. Vol. Único.
- PAIXÃO, A. L. *A teoria geral da paixão e a arte da controvérsia*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_11/rbcs11_03.htm>.
- PARSONS, T. Max Weber, 1864 – 1964. In: *American Sociological Review*, vol. 30, issue 2, abril 1965.
- PEYREFITTE, A. *A sociedade da confiança*: ensaio sobre as origens e a natureza do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Topbooks; Apoio: Instituto Liberal, 1999.
- PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Trad. Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia*: a experiência da Itália moderna. São Paulo: FGV, 1996.
- SENNETT, R. *A cultura do novo capitalismo*. São Paulo: Record, 2008.
- SOUZA, J. O dilema brasileiro para Roberto da Matta. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n. 45, 2001.
- SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TAQUES, F. H.; MAZZUTTI, C. C. T. P. C. *Curva de Kuznets*: mensuração do impacto do crescimento econômico sobre a desigualdade de renda para os estados brasileiros (1995-2005), 2009. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2009/docs/curva.pdf>>.
- TOCQUEVILLE, A. de. *Democracia na América*. São Paulo: Itatiaia, 1998. Vol. 1 e 2.
- TOMAZZI, N. D. *Sociologia para o Ensino Médio*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Vol. único.
- VÁRIOS AUTORES. *Sociologia*. Curitiba: SEED-PR, 2006.
- VESENTINI, J. W. Entrevista. In: *Revista Dialogus*, Centro Universitário Barão de Mauá, vol. 5, n. 1, dez. 2009.
- VILA NOVA, S. *Introdução à sociologia*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília, DF: UnB, 1991. Vol. 1 e 2.